



**Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa**

PPA 2020/2023 – EXERCÍCIO 2020

A avaliação do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 está preconizada na Lei nº 8.966 de 30/12/2019, em seu artigo 9º.

PROGRAMA: ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Órgão responsável: Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Órgão Executor: ALEPA

Público Alvo: Servidores e Parlamentares Deste Poder

**BELÉM – PARÁ
FEVEREIRO/2021**



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

DEPUTADOS

19ª LEGISLATURA
1º BIÊNIO (2019-2021)

Alex Santiago - PL	Fábio Figueiras - PSB (Líder)
Ana Cunha - PSDB	Fábio Freitas - REPUBLICANO (Líder)
Angelo Ferrari - PTB	Gustavo Sefer - PSD (Líder)
Antônio Tonheiro - PL (Líder)	Hilton Aguiar - DEM
Carlos Bordalo - PT	Igor Normando - PODEMOS (Líder)
Chamonzinho - MDB	Júnior Hage - PDT
Chicão - MDB (Líder do Governo)	Luth Rebelo - PSDB
Cilene Couto - PSDB (Líder)	Marinor Brito - PSOL (Líder)
Delegado Caveira - PP (Líder)	Martinho Carmona - MDB (Líder)
Delegado Nilton Neves - PSL (Líder)	Michele Begot - PSD
Delegado Toni Cunha - PTB (Líder)	Miro Sanova - PDT (Líder)
Diana Belo - DC (Líder)	Oriando Lobato - PMN (Líder)
Dilvanda Faro - PT	Ozório Juvenil - MDB
Dirceu Ten Caten - PT (Líder)	Paula Gomes - PSD
Dr. Daniel Santos - MDB	Professora Nilse - REPUBLICANO
Dr. Galileu - PSC (Líder)	Raimundo Santos - PATRIOTA (Líder)
Dr. Jaques Neves - PSC	Renato Ogawa - PL
Dra. Heloísa - DEM	Renilce Nicodemos - MDB
Eliel Faustino - DEM (Líder)	Thiago Araújo - CID23 (Líder)
Eraldo Pimenta - MDB	Victor Dias - PSDB
	Wanderlan - MDB



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

EQUIPE TÉCNICA

Secretária Legislativa

Rebecca Hesketh

Assessora Especial

Jordana Bahia

Coordenadora da Assessoria de Imprensa

Alda Dantas Tocantins

Agente Operacional de Serviço Interno

Jackson Coelho dos Santos



**Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa**

PROGRAMA: ATUAÇÃO LEGISLATIVA

O Plano Plurianual - PPA 2020/2023 “DESENVOLVIMENTO PRO PARÁ, PRA TODO PARÁ” foi instituído pela Lei nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019, para o quadriênio 2020-2023, com o fito de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, de forma regionalizada, sendo o instrumento norteador de todas as ações administrativas no exercício de 2020.

Partindo dessa premissa, a ALEPA vem buscando executar de forma transparente o referido instrumento de planejamento por meio do Programa “ATUAÇÃO LEGISLATIVA”, com vistas a implementação da execução física e financeira de suas 13 ações, corroborando para uma gestão responsável com eficiência administrativa.

Cabe reiterar, que 2020 foi um ano atípico devido a Sars-CoV- 2 (COVID) que desencadeou uma crise na saúde pública não só no Pará, mas no mundo inteiro. No Estado do Pará tivemos 100 municípios em estado de calamidade pública com 293.802 mil registros de casos e 7 mil registros de óbitos. O Poder Executivo encaminhou para esta Casa 07 (sete) Leis relativas a COVID e este Parlamento aprovou 2 decretos reconhecendo o estado de calamidade pública do Estado do Pará, assim como 07 (sete) leis de autoria dos nossos parlamentares foram aprovadas. Para funcionamento do Parlamento foram aprovados pelos parlamentares 06 (seis) atos e 03 (três) resoluções.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

O Planejamento Estratégico foi criado neste Parlamento, por meio do ATO DE MESA nº. 58 de 12/03/2019 como instrumento capaz de corrigir os possíveis entraves e estabelecer estratégias que permitam o fortalecimento institucional de modo a atender com efetividade as demandas sociais.

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), pilares da Gestão Pública, constituem a base da ação democrática, legal e constitucional dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e demais órgãos constitucionais independentes, devendo estar compatíveis entre si.

O PPA consiste na principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais de médio prazo. Estabelece a ligação entre as diretrizes estratégicas de governo, definidas em uma perspectiva de planejamento de longo prazo, as políticas regionais e setoriais de governo de médio prazo e os gastos previstos nos orçamentos anuais, com o fito de estabelecer, de forma regionalizada, objetivos e metas da administração pública estadual para um período de quatro anos, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público e os Órgãos Constitucionais Independentes.

Cabe reiterar que o Orçamento é a materialização do PPA, devendo obedecer as diretrizes dispostas na LDO.

O Planejamento a médio prazo (04 anos) é no PPA, no qual a materialização das ações se dá por meio do orçamento anual, submetidos à disponibilidade orçamentária, de acordo com os limites legais e dispositivos constitucionais.

Representar e promover a participação da sociedade na elaboração de leis estaduais, na formulação e avaliação das políticas públicas e na fiscalização dos atos e ações do governo e suas realizações, constituem a razão de ser, o trabalho primordial da ALEPA, marcas da essência e identidade do Poder Legislativo Estadual do Pará.

Partindo dessa premissa, construímos ao longo desses 2 (dois) nosso planejamento estratégico com finalidade, missão, visão e valores bem definidos para que o Parlamento Paraense honre o compromisso com seriedade no exercício do cargo do colegiado de deputados, democraticamente eleitos e constitucionalmente diplomados, para exercer e representar os 8,691 milhões de paraenses que fazem parte dos 144 municípios de nosso Estado, dispostos nas 12 Regiões de Integração.



**Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa**

Principal Finalidade:

Exercer o Poder Legislativo, dispondo sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente as discriminadas na Carta Magna Estadual, exigida a sanção do Governador, exceto para as de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

Missão:

Exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como o poder da representação popular na construção de uma sociedade justa e solidária.

Compromisso:

- 1. Exercer a representação política com participação da sociedade;**
- 2. Produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade;**
- 3. Formular políticas públicas eficazes e promover estratégias de desenvolvimento sustentável;**
- 4. Avaliar e fiscalizar políticas públicas com foco em resultados;**
- 5. Atuar de forma ética e transparente e garantir uma gestão eficiente e austera.**

Nesse viés, o Programa ATUAÇÃO LEGISLATIVA foi construído tendo como diretrizes crescimento inteligente, sociedade de direitos e trabalho com responsabilidade para o cumprimento do objetivo *“Exercer a Representação da Sociedade na elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas”*.



**Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa**

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PROGRAMA

Atribui-se à gestão administrativa a capacidade de inteirar e organizar os recursos necessários ao desempenho das distintas áreas, bem como, responder pela eficiência e eficácia da estrutura organizacional, objetivando o alcance dos resultados planejados, fazendo com que todos os recursos se alinhem em prol do planejamento, execução e controle.

Dessa forma, para o exercício de 2020, foram orçados no programa, R\$ 473,3 milhões, mas com a atualização das dotações por meio de créditos por superávit e excesso de arrecadação, as despesas realizadas ficaram no ordem de R\$ 500,4 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE - 2020

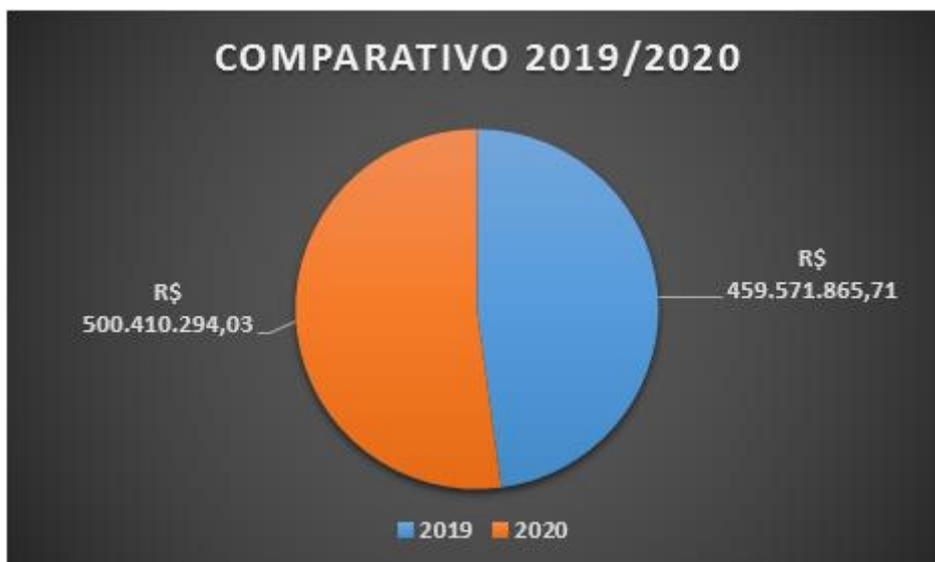
ANO	GRUPO DE DESPESAS	DESPESA REALIZADA
2020	INVESTIMENTOS	175.719,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	137.612.012,36
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	362.622.562,67
	TOTAL	500.410.294,03





**Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa**

ANO	ALEPA - DESPESA REALIZADA
2019	R\$ 459.571.865,71
2020	R\$ 500.410.294,03



OBS.: De 2020 para 2019 houve um aumento de 8,9% dos gastos.

QUADRO DE AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

IMPLEMENTAR AÇÕES QUE VIABILIZEM A GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ALEPA

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2020	Executado	% Execução	Produto/Unidade de medida	Programado	Executado	% Execução
Operacionalização das Ações Administrativas	58.864.692,81	53.492.532,38	91	Contrato mantido	37	37	100
Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada de R\$ 58,8 milhões, tendo sido realizados R\$ 53,5 milhões correspondente a 99%. Houve o cumprimento da meta física demonstrada na execução do orçamento com o pagamento real de contratos.							
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	372.788.840,51	366.294.500,25	98	Servidor Remunerado	3.388	3.388	100
Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 372,8 milhões, com a execução de R\$ 336,3 milhões para pagamento de despesas com pessoal correspondente a 98%, já na meta física alcançamos os 100% dentre deputados, servidores efetivos, comissionados, acolhidos e os secretários parlamentares (cada parlamentar pode ter em seu gabinete até 50 secretários parlamentares).							
Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Psicossocial	7.761.805,67	7.757.951,75	99,9	Atendimento Realizado	20.000	3.979	19,9
Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 7,762 milhões, tendo sido realizados de R\$ 7,758 milhões correspondente a 99,9%, cabe ressaltar que os pagamentos relativos ao departamento de bem estar social que							



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

<p>é responsável pela execução da ação, é pago dentro das ações administrativas. Pelo número de atendimentos ocorridos em 2020, observa-se que devido a atipicidade do ano, devido à crise sanitária que resultou na maioria das atividades do parlamento fossem remotas.</p>							
Concessão Auxílio Alimentação	47.969.542,80	47.969.541,80	100	Servidor Beneficiado	1710	1820	106
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 47,9 milhões, tendo sido realizados R\$ 47,9 milhões reais correspondente a 100%. A meta física também foi alcançada.</p>							
Concessão Auxílio Transporte	245.859,30	245.859,30	100	Servidor Beneficiado	346	346	100
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 246 mil, tendo sido realizados a totalidade programada também em sua meta física.</p>							
Construção da Nova Sede da ALEPA	66.134,59	66.132,59	100	Obra Realizada	1	0	0
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 66,1 mil, tendo sido realizados R\$ 66,1 mil correspondente a 100%. Em Dezembro de 2020 foram pagas faturas da Atlas, da Coelho Queiroz e da Leste referentes ao COMAR, porém essas faturas eram do ano 2019. No ano de 2020, não houve faturamento do COMAR, as obras estão paralisadas. Os referidos serviços executados no COMAR são a contrapartida da ALEPA na permuta do terreno concedido para a Construção da Nova Sede, fato determinante para que a meta física permanecesse nula.</p>							
Gestão da Escola do Legislativo	0	0	0	Treinamento Realizado	70	40	57
<p>Análise: Em 2020, não foram destinados recursos para ação, que teve seus gastos pagos dentro da ação de operacionalização administrativa, que concentra os contratos do Parlamento. Já a meta física foram realizados treinamentos no início do ano de forma física como a 1ª Oficina Interlegis de Comunicação Integrada com a participação de 126 servidores e depois de forma virtual, tivemos 480 servidores capacitados que participaram de cursos online, lives com nossos parceiros das Escolas de Contas do TCE e TCM, Escolas Judiciárias do TJE e TER, assim como os cursos ofertados pela EGPA do Poder Executivo.</p>							
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	0,00	0,00	0	Plataforma do Sistema Implementado	11	11	100
<p>Análise: Em 2020, as ações de TI foram realizadas dentro da ação de operacionalização administrativa, que concentra os contratos do Parlamento. Já sua meta física, foi alcançada pois devido a pandemia, a maioria de reuniões ordinárias, especiais e reuniões das comissões permanentes foram por meio do ZOOM, de forma virtual. Houve também a reestruturação física da sala dos servidores lotados no Centro de Processamento de Dados (CPD), desenvolvimento do novo Portal Transparência, aumento do link de internet de 160 Mbps para 300 Mbps</p>							



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

PROMOVER E EXPANDIR AS ATIVIDADES DA ALEPA

As ações abaixo descritas, tem como objetivo, classificar e coordenar a produção de informação para suprir os canais de comunicação, revigorando os vínculos e compromissos da instituição com a sociedade, assegurando viabilidade e transparência a sua missão institucional.

QUADRO DE AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2020	Executado	% Execução	Produto/Unid. de medida	Programado	Executado	% Execução
Publicidade das Ações da ALEPA	3.429.722,66	3.429.720,66	100	Divulgação Realizada	6.528	8.000	122,54
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária no valor de R\$ 3,4 milhões, tendo sido realizados a totalidade do orçamento correspondente a 100%. Com o objetivo de ampliar a informação pública de forma democrática à sociedade, a coordenação de Assessoria de Imprensa e Divulgação (AID), vem desenvolvendo um intenso trabalho de reformulação da comunicação, desde o início dessa legislatura. O objetivo é otimizar a comunicação com ações estratégicas utilizando as plataformas digitais. Estamos presentes no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube. Os eventos que acontecem na Alepa recebem a cobertura jornalística com uma equipe múltipla: repórter para o portal, fotógrafo, repórter para a rádio e assessor de imprensa. Além de cinégrafistas para transmissão para TV Alepa com tradutores de libras. Em 2020 foram publicadas 1.054 matérias jornalísticas dos parlamentares, nosso Portal teve 765.290 visualizações. No período da pandemia, nossa equipe digital investiu em publicações com dicas de saúde, de prevenção, além de abordar as ações e medidas tomadas pela ALEPA no combate ao Coronavírus.</p>							
Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	20.900.972,32	20.712.742,53	100	Proposição Apreciada	41	41	100
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 21 milhões a qual foi totalmente executada, correspondente a 100%. Ressaltamos que é nessa ação que executamos todas as atividades parlamentares relativa aos 41 deputados desta Casa, que participaram ativamente do processo legislativo 2020, que ocorreu de forma presencial, semipresencial e remota.</p>							
Interiorização do Processo Legislativo	20.061,33	20.061,33	100	Município Atendido	12	38	316
<p>Análise: Em 2020, foi destinado para ação a dotação orçamentária atualizada no valor de R\$ 20 mil, tendo sido executado o total do orçamento, sendo que as diárias foram pagas na ação de operacionalização administrativa. A interiorização em 2020 se deu por meio das reuniões virtuais da Comissão de Saúde no qual foram ouvidos prefeitos e representantes locais para melhoria hospitalar devido a COVID19. Os parlamentares também visitaram seus municípios base, assim como implementaram emendas junto ao Governo para atenuar a crise sanitária nas regiões.</p>							



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

PROMOVER AÇÕES DE CIDADANIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À
POPULAÇÃO.

No contexto das ações de fomento do controle social, o programa desenvolveu ações de fortalecimento a cultura, ensino e cidadania, de forma remota, devido a pandemia.

QUADRO DE AVALIAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES

Ação	Financeiro			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2019	Executado	% Execução	Produto / Unid. de medida	Programado	Executado	% Execução
Gestão da Creche	0,00	0,00	0	Criança Atendida	70	34	48,6
Análise: Em 2020 os recursos financeiros foram pagos pela Ação de Operacionalização de Ações Administrativas. Cabe ressaltar que a creche trabalha com a faixa etária de crianças de 4 e 5 anos no ciclo da educação infantil, nas séries de Jardim I e Jardim II, sendo que em 2020 devido a pandemia tivemos 34 crianças matriculadas, que assistiram as aulas remotas.							
Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão – CAC	245.532,44	235.532,44	100	Atendimento Realizado	40.000	18.793	46,98
Análise: Em 2020, a dotação orçamentária foi no valor de R\$ 245,5 mil, tendo sido realizados a totalidade do orçamento, 100%. Já na meta física, que é o número de ações realizadas, entendemos que a meta foi superestimada, pois houve a realização de 2.095 ações do CAC Jurídico e 16.698 emissão de Carteira de Identidade, que totalizaram 18.793 atendimentos realizados pelo CAC. Cabe enfatizar que devido a pandemia, os serviços prestados ficaram prejudicados, pois seus serviços necessitam da presença física, quer seja para emissão da carteira de identidade ou na prestação de serviços de assistência jurídica gratuita à comunidade, nas áreas civil e criminal.							



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

ANÁLISE DE INDICADORES

Região de Integração: Guajará

PROGRAMA: Qualidade do Processo Legislativo

Diretrizes do Governo: Fortalecer a Gestão e Governança com Transparência

INDICADOR DE PROCESSO

Denominação	Unidade	Fonte	Referencia		Índice Esperado	Execução
			Ano	Índice	2020	2020
Percentual de Produção Legislativa (Nº de leis aprovadas / Total de proposições no ano) x 100	Percentual	ALEPA	2019	8,86	18.00	61,83%
Número de eventos realizados (Número de total de sessões ordinárias, extraordinárias, especiais, solene e audiências públicas realizadas no ano)	Unidade	ALEPA	2019	N/D	305	304

1. Percentual de Produção Legislativa: Em 2020 foram apresentadas proposições do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, totalizando 524 propostas de projetos, sendo: 303 Projetos de Lei; 6 Projetos de Lei Complementar; 135 Projetos de Decreto Legislativo; 4 Projetos de Emenda à Constituição; 22 Projetos de Resolução; 50 Projetos de Indicação; e 4 Processos.

Do total de Projetos apresentados 324 viraram Leis, onde foram sancionadas 196 Leis, 5 Leis Complementares, promulgadas 2 Emendas à Constituição, 111 Decretos Legislativos e 10 Resoluções.

2. Número de eventos realizados: No mesmo ano, os parlamentares realizaram 48 sessões ordinárias e 91 extraordinárias para atender a grande demanda e os desafios de um ano atípico, marcado pela pandemia do Covid-19. As sessões solenes foram apenas 08, 12 sessões especiais e 3 audiências públicas, entre outras reuniões e eventos diversos, realizados nesta Casa Legislativa somando um total de 304.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

CONCLUSÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA tem como missão precípua exercer o Poder Legislativo, dispondo sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente as discriminadas na Carta Magna Estadual, exigida a sanção do Governador, exceto as de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, conforme disposto no art. 92 da Constituição Estadual. Para cumprir sua missão com excelência, o programa concebido no Plano Plurianual 2020-2023, espelha todas as ações efetivamente executadas pelo Parlamento, que tem o papel estratégico de exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Partindo dessa premissa, buscamos corroborar para a melhoria da ATUAÇÃO LEGISLATIVA, maximizando os resultados das ações com maior racionalização de gastos e atuando de forma ética e transparente para a produção de uma legislatura de qualidade em sintonia com os interesses da sociedade, mesmo em tempos de pandemia, nossos parlamentares aprovaram 350 proposições entre projetos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, das quais 324 viraram Lei.

Foi de fundamental relevância a participação do Líder de Governo, Deputado Francisco Melo – Chicão, nas articulações entre os partidos para atender de forma igualitária todas as demandas possíveis e viáveis ao Estado visando melhor atender o cidadão paraense, de forma a promover a democracia e o desenvolvimento do Estado com justiça social.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA - Em 2020, a pesar da crise sanitária da COVID-19, a ALEPA totalizou 304 reuniões, entre sessões ordinárias, extraordinárias, sessões solenes, sessões especiais, audiências públicas e outras. Como mostra a tabela a seguir:



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2020

TIPO REUNIÃO	QUANTIDADE			TOTAL
	PRESENCIAL	VIRTUAL	MISTA	
1 SESSÃO ORDINÁRIA	22	12	14	48
2 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30	45	16	91
3 SESSÃO SOLENE	8	-	-	8
4 AUDIÊNCIA PÚBLICA	1	1	1	3
5 SESSÃO ESPECIAL *	11	1	-	12
6 COMISSÕES PERMANENTES	44	36	15	95
7 SESSÃO PREPARATÓRIA DE ELEIÇÃO DA MESA	1	-	-	1
8 SESSÃO DE INSTALAÇÃO	1	-	-	1
9 REUNIÕES PARTIDÁRIAS	2	-	-	2
10 COMISSÕES TEMPORÁRIAS	8	5	-	13
11 FRENTES PARLAMENTARES	1	1	-	2
12 REUNIÕES DIVERSAS	18	-	-	18
13 CULTO	6	-	-	6
14 CURSO/OFICINA/WORKSHOP/SEMINÁRIO/PALESTRA/CONGRESSO	4	-	-	4
TOTAL GERAL	157	101	46	304

* Dentre as Sessões Especiais, ocorreram 2 Sessões de Arguição, sendo a primeira Presencial com Arguições do Poder Executivo (Detran, CPC e Fasepa) e a segunda, virtual, com arguição do Concelheiro Fernando Ribeiro, do TCE.

E apesar de 2020 ter sido um ano atípico as atividades parlamentares continuaram sendo realizadas, onde muitas das reuniões tiveram que ser adaptadas ao modo remoto a exemplo das comissões permanentes que conseguiram apreciar 832 proposições no total de 95 reuniões, sendo 44 presenciais, 36 virtuais e 15 semipresenciais. Assim como as comissões temporárias que também mantiveram suas atividades, tanto em modo presencial como virtual.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária realizou uma das reuniões virtuais mais emblemáticas das comissões permanente, a Audiência Pública do dia 29 de maio, que tratou das metas fiscais, e contou com a presença virtual dos secretarias estaduais de Planejamento e Administração (SEPLAD) e da Fazenda (SEFA), e da sociedade civil, onde apesar da pandemia, o Estado apresentou aumento na receita tributária, reduziu despesas com o pessoal e obteve bons resultados com relação a investimento em obras e serviços na capital e no interior, com relação ao mesmo período do ano passado.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

TOTAL DE PROPOSIÇÕES APRECIADAS NAS COMISSÕES EM 2020

Comissão	Total
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	554
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	187
MESA DIRETORA	31
COMISSÃO DE CULTURA	23
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO	11
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR	10
COMISSÃO DE ECOLOGIA, MEIO AMBIENTE, GEOLOGIA, MINERAÇÃO E ENERGIA	7
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	2
COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	2
COMISSÃO DE SAÚDE	2
COMISSÃO REPRESENTATIVA	1
COMISSÃO DE AGRICULTURA, TERRAS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1
COMISSÃO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS	1
TOTAL	832

Consultado em 18/12/2020 as 09:00 h

Já a Comissão Permanente de Redação, realizou mudanças na redação de 177 projetos aprovados, nas mais diversas espécies normativas, para efeito de fazer as devidas correções de técnica legislativa com o fim de que o conteúdo e a forma das matérias aprovadas pudessem expressar real vontade do legislador.

Na comunicação institucional da Casa alcançamos metas de promoção da marca da ALEPA com foco no institucional/promocional em redes sociais com 30.897 seguidores (Instagram: 13.271, Facebook: 6.933 e Twitter: 10.693), além do Portal que serve como ponto de acesso direto aos serviços e informações do poder legislativo estadual. Na página da rádio no Portal Alepa, implementamos o AlepaCast, um podcast com programas de cunho popular e informativo; temos também um vasto material de entrevistas, em áudio, com os deputados sobre as audiências e sessões, também com outros setores da Casa, servidores e populares.

Temos programação 24hrs, atualizadas diariamente com músicas variadas, nacionais, regionais, internacionais e programas informativos, buscando alcançar de forma positiva maior visibilidade e credibilidade junto aos parlamentares, sociedade e imprensa.

A TV ALEPA oportunizou a milhares de pessoas, em todo o país, acompanhar as atividades do Legislativo paraense de maneira mais próxima, para além dos temas e debates em



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

plenário, com transmissão ao vivo do Plenário Newton Miranda e que teve o sinal de transmissão utilizado por outros canais de TV, como a Band News (SP) e emissoras. Outro marco foi a transmissão da Audiência Pública da Comissão de Fiscalização Financeira e orçamentária – CFFO para apresentação das Metas Fiscais do Poder Executivo, que mesmo na pandemia e para cumprimento dos preceitos legais, foi transmitida via YouTube e teve a participação de deputados, dos Secretários da SEFA e SEPLAD, vários técnicos do governo, da ALEPA e da sociedade civil.

Nosso Centro de Processamento de Dados se empenhou para oferecer aos parlamentares condições de transmissão das reuniões de comissões permanentes, assim como das Sessões Plenárias, pois no decorrer de 2020, tivemos 101 reuniões virtuais e 46 semipresenciais.

Um importante diferencial nestas transmissões foi que passamos a disponibilizar o recurso de LIBRAS, garantindo com isso o acesso democrático às matérias legislativas deste Parlamento. Além do novo Portal da Alepa que também foi reformulado e incorporado mecanismos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Outra reformulação importante realizada no site da ALEPA é referente ao Portal da Transparência, com o sistema de cadastro dos contratos, o Sistema de Cadastro do Visitante (SICAV), implementação de VPNs a fim de viabilizar o trabalho remoto por parte dos servidores fora da ALEPA, viabilização de estruturas para reuniões por videoconferência, a implantação do Sistema de Votação Remota (SISVOTO) destinado a efetivar o funcionamento das sessões plenárias durante o período de isolamento social possibilitando que as sessões ocorressem de forma virtuais ou semipresenciais, de maneira a preservar a saúde dos servidores e parlamentares desta Casa. A Ouvidoria-Geral da Alepa, também contou com um novo sistema de software o SisOuvidor, com o qual pode responder, no ano de 2020, a 305 manifestações apresentadas presencialmente e 107 feitas pelo, novo sistema. Por fim, a implementação de políticas de segurança no firewall a fim de minimizar as chances de uma possível invasão de hackers mediante o cenário nacional atual.

Apesar da atipicidade do ano onde melhorias, mudanças e adaptações se fizeram necessárias nestes novos tempos marcados pela incerteza, pela obrigatoriedade de um distanciamento social e afetivo. O ano de 2020 exigiu muito mais a atenção dos deputados para aprovação de projetos que buscaram amenizar os efeitos colaterais da pandemia, como a Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

9.032 de 20/03/2020, do Poder Executivo, que instituiu Fundo Esperança destinado a financiar emergencialmente os pequenos e microempreendedores afetados pelas adversidades econômicas nesse período. Assim como a Lei 9.037 de 13/04/2020, que aumentou o recurso do Fundo Esperança em R\$ 100 milhões.

Além dessas leis sancionadas para implementação do Fundo Esperança pelo governador, após aprovadas pelos deputados, o Poder Executivo também apresentou a esta Casa outros projetos com intuito de sanar problemas causados pelo COVID-19, onde todos foram aprovados e sancionados como a Lei 9.040 de 22/04/2020, autorizando o pagamento pelo Poder Executivo da tarifa de energia elétrica para atender consumidores de baixa renda no período de pandemia. A Lei 9.144 de 06/11/2020, criada para o repasse de recursos do Estado aos municípios, na forma de auxílio financeiro emergencial às ações de saúde no enfrentamento à COVID-19. Lei 9.039 de 22/04/2020, abriu Crédito Especial com o objetivo de criar ação orçamentária COVIDPARÁ, no valor de R\$ 800 milhões. Lei 9.139 de 29/10/2020, instituiu o Programa Estadual Extraordinário de Transferência de Renda – Renda Pará, com o objetivo de transferir renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia, de modo a mitigar os seus efeitos.

No dia 20 de março, em Sessão Extraordinária, os parlamentares aprovaram por unanimidade o Decreto Legislativo 06/2020, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública no Estado do Pará até o dia 31/12/2020. No dia 15/12/2020 a Casa aprovou a prorrogação do estado de calamidade pública até o dia 31/03/2021 através do Decreto Legislativo 112/2020.

No dia 07 de abril, os parlamentares instalaram oficialmente a Comissão de Acompanhamento da Situação Fiscal e Execução Financeira e Orçamentária das Medidas Relacionadas à pandemia do Coronavírus – COVID-19.

As sessões plenárias passaram a ser mais longas e de muitos debates, como a do dia 06 de maio que durou cerca de 12 horas, onde além das proposições de deputados e outros poderes também foram aprovados projetos de decretos que declararam estado de calamidade a 14 municípios. Em 2020, dos 144 municípios do nosso Estado, a ALEPA aprovou ao todo 100 Decretos Legislativos de estado de calamidade aos municípios paraenses.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

Os 100 municípios que assumiram estado de calamidade em 2020 foram: Santa Izabel do Pará, Capanema, Juruti, Belém, Muaná, Salinópolis, Marituba, Ananindeua, Santo Antônio do Tauá, Paragominas, Placas, Dom Eliseu, Ourém, Mocajuba, Belterra, Anapu, Itaituba, Gurupá, Acará, Alenquer, Aveiro, Barcarena, Benevides, Cachoeira do Piriá, Goianésia do Pará, Mãe do Rio, Óbidos, Pacajá, Parauapebas, Rondon do Pará, Senador José Porfírio, Tomé Açú, Uruará, Santa Cruz do Arari, Santa Barbara do Pará, Santarém Novo, Almerim, Viseu, Anajás, Cametá, Currálinho, Monte Alegre, Bannach, Bagre, Medicilândia, Porto de Moz, Nova Ipixuna, Rurópolis, Baião, Limoeiro do Ajuru, Novo Progresso, Pau D'arco, Primavera, Colares, Jacareacanga, Brasil Novo, Santarém, Bujaru, Igarapé Mirim, Igarapé Açú, Garrafão do Norte, Inhangapi, Bragança, Moju, Breves, São Sebastião, Cachoeira do Arari, Santa Maria do Pará, Aurora do Pará, Juruti, São Caetano de Odivelas, Santa Luzia do Pará, Tailândia, Conceição do Araguaia, São Francisco do Pará, Augusto Corrêa, Santana do Araguaia, Quatipuru, Soure, Trairão, Curuá, Ponta de Pedra, Breu Branco, Prainha, Magalhães Barata, Portel, Chaves, Cumaru do Norte, Afuá, São João de Pirabas, Abel Figueiredo, Ipixuna do Pará, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, Nova Esperança do Piriá, Tomé Açú, São Domingos do Capim, Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis, Redenção e São Félix do Xingu.

Entre as legislações voltadas à Covid-19, de autoria dos parlamentares temos a Lei 9.053 de 18/05/2020, que obriga os bancos e instituições financeiras afins, a emitir senha de atendimento presencial com agendamento pré-estipulado. Lei 9.051 de 13/05/2020, obriga uso de máscaras em vias e logradouros públicos, como medida de contenção do vírus. Lei 9.060 de 20/05/2020, bonifica em concursos públicos os trabalhadores voluntários em favor do Estado no período do COVID-19. Lei 9.062 de 25/05/2020, obriga o fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte das operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura. Lei 9.063 de 25/05/2020, obriga em caráter excepcional os Planos Privados de Assistência à saúde apresentarem plano de expansão de leitos, principalmente de UTI's, para atenderem seus beneficiários enquanto perdurar a pandemia. Lei 9.085 de 24/06/2020, inclui como prioritário o atendimento, em razão a pandemia, as pessoas com deficiências (PCDs). Lei 9.212 de 14/01/2021 suspende, durante a pandemia, as ações de despejos, desocupação ou remoções forçadas em móveis privados ou públicos, urbanos ou rurais.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

Além das legislações voltadas à COVID-19, em maio do ano passado, a ALEPA também aprovou outra proposição muito importante, de autoria do Poder Executivo, o PL 128/2020, que virou a Lei Estadual 9.061 de 20 de maio de 2020, onde instituiu a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - PEPTEA, criou o Sistema Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e o Conselho da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - COPEPTEA, e dispões sobre a expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA, que servirá para mapear a real demanda de pessoas com Autismo no Estado do Pará.

Em 16 de junho, a Procuradoria da Mulher, em parceria com o Núcleo Mulher do Ministério Público Estadual, lançou a Cartilha “Mulher e a Covid-19 no Pará”, material explicativo para orientar as mulheres sobre alguns dos principais problemas enfrentados durante a pandemia do COVID-19.

A Cartilha foca em três aspectos: dicas de saúde e higiene, prevenção à violência doméstica - com informações sobre a rede de atendimento à mulher, mercado de trabalho, auxílio emergencial para famílias monoparentais e outros esclarecimentos. O objetivo é esclarecer e orientar as mulheres sobre algumas das questões mais importantes enfrentadas durante esse período.

Em 14 de agosto, o parlamento paraense foi representado pelo deputado Raimundo Santos na “live” intitulada "Processo Legislativo Virtual e Participação Popular Durante o Período de Pandemia", promovida pela Secretaria de Transparência da Câmara Federal, coordenada pelo deputado e secretário Roberto de Lucena.

Em 06 de outubro, foi promulgada o Decreto Legislativo 110/2020, onde o plenário da Casa rejeitou as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2018, em razão da preocupação com a execução orçamentária divergente do resultado primário, bem como a falta de contingenciamento de empenhos e movimentações financeiras, conforme prevê o artigo 9º da LRF, imperativo diante do descumprimento das metas fiscais.

Partindo dessa premissa, no dia 15 de dezembro, foi promulgado o Decreto Legislativo 114/2020, que aprovou a prestação de Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2019.



Assembleia Legislativa do Estado do Pará Secretaria Legislativa

Em abril, os deputados também aprovaram o projeto de lei, do Poder Executivo, referente a Lei nº 9.045 de 29/04/2020, que criou a Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), alterando os dispositivos da Lei nº 8.097, de 1º de janeiro de 2015. Outro projeto importante do Poder Executivo aprovado em 30 de junho pelos deputados faz referência a Lei nº 9.105 de 24/07/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2021. Já a Lei nº 9.160 de 06/01/2021, que diz respeito a Lei Orçamentária Anual, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2021, foi aprovada em 15 de dezembro de 2020, em nossa última sessão legislativa. Cabe reiterar que

Em 14 de agosto, o parlamento paraense foi representado pelo deputado Raimundo Santos na “live” intitulada "Processo Legislativo Virtual e Participação Popular Durante o Período de Pandemia", promovida pela Secretaria de Transparência da Câmara Federal, coordenada pelo deputado e secretário Roberto de Lucena.

Em 06 de outubro, foi promulgada o Decreto Legislativo 110/2020, onde o plenário da Casa rejeitou as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2018, em razão da preocupação com a execução orçamentária divergente do resultado primário, bem como a falta de contingenciamento de empenhos e movimentações financeiras, conforme prevê o artigo 9º da LRF, imperativo diante do descumprimento das metas fiscais.

Partindo dessa premissa, no dia 15 de dezembro, foi promulgado o Decreto Legislativo 114/2020, que aprovou a prestação de Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2019.

Destacamos que o relatório acima descrito, corresponde ao 1º biênio (2019-2021) da 19ª Legislatura, referente ao exercício de 2020. No dia 01 de fevereiro de 2021 demos posse a nova Mesa Diretora, com os deputados: Francisco Melo Filho – Chicão (presidente); Antônio Tonheiro (1º vice-presidente); Michele Begot (2ª vice-presidente); Prof. Nilse Pinheiro (1ª Secretária); Dilvanda Faro (2ª Secretária); Victor Dias (3º Secretário); Hilton Aguiar (4º Secretário), compondo o 2º biênio (2021-2023) da 19ª Legislatura.

Deputado FRANCISCO MELO – CHICÃO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Secretaria Legislativa

DEPUTADOS

19ª LEGISLATURA
2º BIÊNIO (2021-2023)

Adriano Coelho - PDT	Fábio Figueiras - PSB (Líder)
Alex Santiago - PL (Líder)	Fábio Freitas - REPUBLICANO (Líder)
Ana Cunha - PSDB (Líder)	Gustavo Sefer - PSD
Angelo Ferrari - PTB	Hilton Aguiar - DEM
Antônio Tonheiro - PL	Igor Normando - PODEMOS (Líder)
Carlos Bordalo - PT	José Maria Tapaóps - PL
Chamonzinho - MDB	Júnior Hage - PDT
Chicão - MDB	Luth Rebelo - PSDB
Cilene Couto - PSDB	Marinor Brito - PSD (Líder)
Delegado Caveira - PP (Líder)	Martinho Carmona - MDB (Líder)
Delegado Nilton Neves - PSL (Líder)	Michele Begot - PSD
Delegado Toni Cunha - PTB (Líder)	Miro Sanova - PDT (Líder)
Diana Belo - DC (Líder)	Orlando Lobato - PMN (Líder)
Dilvanda Faro - PT	Ozório Juvenil - MDB
Dirceu Ten Caten - PT (Líder)	Paula Gomes - PSD (Líder)
Dr. Galileu - PSC (Líder)	Professora Nilse - REPUBLICANO
Dr. Jaques Neves - PSC	Raimundo Santos - PATRIOTA (Líder)
Dra. Heloísa - DEM	Renilce Nicodemos - MDB
Eliel Faustino - DEM (Líder)	Thiago Araújo - CID23 (Líder)
Eraldo Pimenta - MDB	Victor Dias - PSDB
	Wanderlan - MDB